

## Das intervenções de Bourdieu no campo da lingüística: reflexões sobre competência e língua legítima

Edwiges Morato\*  
Anna Christina Bentes\*\*

### Resumo:

Este artigo tem o objetivo de discutir dois conceitos presentes na obra Bourdieu, a saber, o de “competência lingüística” e o de “língua legítima”, procurando destacar as maneiras pelas quais a ciência da linguagem é interpelada pelo autor e as reflexões formuladas no interior do campo da Lingüística que possibilitam um diálogo entre teorias sociológicas e teorias lingüísticas.

*Palavras-chave:* Competência lingüística; Língua legítima; Comunidade de fala; Campo lingüístico; Sociolingüística.

### Bourdieu's interventions on linguistic field: a discussion on the notions of competence and legitimate language

### Abstract:

This article intends to discuss two important notions present in Bourdieu's work: the concept of linguistic competence and the concept of legitimate language. We will try to show the ways in which language science is criticized by the author and the reflections produced within the field of linguistics that can make a dialogue between sociological and linguistic theories possible.

*Keywords:* Linguistic competence; Legitimate language; Speech community; Linguistic field; Sociolinguistics.

### 1. A Sociologia como esporte de combate<sup>1</sup>

Em fevereiro de 2002, num hospital parisiense, morria aos 71 anos Pierre Bourdieu, titular da cadeira de Sociologia do Collège de France, uns dos intelectuais mais engajados na análise crítica do neoliberalismo e da dinâmica simbólica do mundo social.

Segundo Philippe Corcuff (1995/2001), Bourdieu integra, ao lado do alemão Norbert Elias e do britânico Anthony Giddens, uma “galáxia sociológica construtivista” que se pauta pela busca de passagens entre o objetivo e o subjetivo, entre o coletivo e o individual. Observa-se nos três – cada um a sua maneira – um compromisso com a superação de dicotomias recorrentes na tradição sociológica, como as que opõem reflexão e ação, indivíduo e sociedade ou interpretação e experiência.

O propósito geral deste artigo é destacar as reflexões de Bourdieu no campo da Lingüística, procurando assinalar a maneira como ele interpela a ciência da linguagem. O que procuramos trazer dos escritos de Bourdieu para a Lingüística é conseqüência da própria tese com a qual ele parece iluminar suas investidas no campo: se consideramos que a língua é um fato social, faz-se

necessário admitir ou levantar a partir dessa suposição determinadas conseqüências teóricas e heurísticas.

Nosso intento mais preciso é focalizar algumas reflexões do autor presentes em um dos textos de seu conhecido livro de 1982, “*Ce que parler veut dire*”, que foi publicado no Brasil com o subtítulo do original francês, “A economia das trocas lingüísticas” (1998). Nesse seu livro *grosso modo* ele critica a Lingüística formal e estrutural, bem como explicita suas reservas em relação à teoria dos atos de fala.

É provavelmente nesse seu livro “A economia das trocas lingüísticas” que encontramos um de seus textos mais polêmicos sobre algumas das categorias mais caras ao sistema nocional da ciência da linguagem, como a de língua e a de competência, intitulado “A produção e a reprodução da língua legítima”. Nele, são abordadas duas categorias essenciais da (à) Lingüística, duas noções que têm levado a teorização sobre a linguagem a um movimento constante que segue da língua à exterioridade.

Com relação à primeira noção, Bourdieu levanta questões que apontam implicações do silêncio da Lingüística em torno da teoria chomskiana de competência, bem como do que considera “escamoteação”, por parte de Chomsky, da questão

E-mail para correspondência:

\* edwiges@iel.unicamp.br

\*\* anna@iel.unicamp.br

*das condições econômicas e sociais de aquisição da competência legítima e da constituição do mercado onde se estabelece e se impõe esta definição do legítimo e do ilegítimo.* (1998, p. 30)

A leitura do texto de Bourdieu não deixa de nos remeter, portanto, à maneira como a Linguística tem reagido ao modelo fundador de competência.

A segunda noção de que trataremos aqui, vinculada por Bourdieu aos conceitos de distinção e de mercado lingüístico, é a de língua legítima. A partir da discussão em torno dessa noção, Bourdieu aponta o que considera uma ilusão (da) Lingüística: a de que a mudança e o valor distintivo da língua estão na dependência do que ocorre no interior do próprio sistema lingüístico, e não nas condições socioeconômicas de vida em sociedade.

No texto “A produção e a reprodução da língua legítima”, Bourdieu procura assinalar que a linguagem que se emprega numa dada situação não depende somente da competência lingüística no sentido que lhe dá Chomsky, mas, sobretudo, do “mercado lingüístico” dominado pelas camadas cultas (*cultivées*) da sociedade.

Contudo, se Bourdieu não apresenta propriamente nenhuma novidade nas críticas que faz ao racionalismo e ao estruturalismo lingüístico à la Chomsky e Martinet; e se de fato não é espantoso que um sociólogo considere a língua um fato social, em que medida suas questões poderiam instigar a atual reflexão sobre a linguagem?

Para responder a essa questão, parece-nos que um breve comentário sobre como apreendemos o espírito intelectual do sociólogo francês torna-se importante para os nossos propósitos mais específicos.

Segundo o lingüista Louis-Jean Calvet (2002), é necessário ler e reler Bourdieu se quisermos superar no campo lingüístico a herança estruturalista e formal no tocante ao entendimento da relação entre língua e sociedade. Como pretendemos mostrar, suas reflexões podem se apresentar como inestimáveis se considerarmos criticamente a maneira pela qual a Linguística tem avaliado sua própria intervenção nas ciências sociais ao descrever as regularidades da língua, ao levantar os efeitos sociais da linguagem, etc.

Para muitos, a contribuição de Bourdieu à Sociologia revela-se sob uma nova maneira de ver o mundo social, que consiste precisamente em destacar as estruturas simbólicas que relevam das condições materiais da vida em sociedade. Dessa forma, seus estudos – dedicados à análise de inúmeras práticas sociais – voltam-se desde o início de sua carreira para a educação, a cultura, a literatura, a arte. Posteriormente, esse leque seria ampliado para abrigar outros temas, como a mídia e a

política. A atividade científica – enquanto produção e circulação de saber – passou também a ser enfocada por sua sociologia reflexiva, o que inscreveu Bourdieu inúmeras vezes em discussões acaloradas com seus próprios pares. Criador do que ele mesmo considerou uma Filosofia da ação (Cf. 1994), sempre esteve envolvido em controvérsias e polêmicas suscitadas em especial por suas freqüentes intervenções públicas, como discussões em assembléias de estudantes, colóquios com professores, debates com profissionais da mídia ou com artistas, etc.

Conceitos dessa Filosofia (ou dessa Sociologia) da ação, como “língua legítima”, “mercado lingüístico”, “violência simbólica”, “distinção” ou “*habitus*” – que são sabidamente polêmicos no interior mesmo da própria Sociologia – não deixam de ser instigadores para vários dos domínios da Linguística que procuram arbitrar de alguma forma a relação entre língua e sociedade.

Crítico contumaz do neoliberalismo em todos os seus estados, destinou boa parte dos últimos anos à discussão pública em torno da “violência simbólica”, seus processos de constituição e lugares de legitimação, como a mídia e o ensino formal. Com essa noção, “violência simbólica”, Bourdieu procura desvelar as diversas formas de dominação socialmente legitimadas, bem como compreender o duplo processo (consciência/inconsciência) do qual ela se origina.

Exemplo de uma prática de realização de arbitragens teóricas que nem sempre agradariam aos que viam uma espécie de “politeísmo metodológico” naquilo que muitos outros consideravam procedimento necessário dada a complexidade dos objetos sociais, Bourdieu, na constituição de suas categorias de análise e de seu próprio *framework*, extrai do pensamento marxista o foco nas relações de força entre grupos sociais, ao mesmo tempo em que extrai da obra de Weber a tese de que a realidade social é também um conjunto de relações entre sentidos, entre representações, ou seja, é provida de uma dimensão simbólica.

Contudo, não apenas da análise dos processos de reprodução social ocupou-se Bourdieu; ele também se dedicou a analisar a competência dos atores sociais para enfrentá-los, o que o fez sistematicamente protagonizar polêmicas na cena sociológica (tome-se, como exemplo, a repercussão ambígua entre os sociólogos de sua obra coletiva *La misère du monde*, de 1993, na qual se procuram analisar as repercussões das formas sociais de sofrimento na subjetividade dos indivíduos).

Ainda que Bourdieu tenha focado em várias oportunidades a reflexividade dos atores sociais, isto é, a capacidade que os leva a refletir sobre si e sobre as ações próprias e alheias, seus críticos consideram que

ele não deixa de opor de forma dicotômica relação intelectual e relação prática.

A crítica que se faz a Bourdieu quanto a essa questão parte do princípio de que, por estar interessado na ação que realizam os atores nas práticas sociais, ele teria negligenciado a reflexão de que são capazes para agir socialmente, dando pouca importância (ou uma importância menor) às capacidades reflexivas dos sujeitos ou à maneira como eles refletem sobre suas ações.

Por outro lado, há os que vislumbram sutilezas no anti-estruturalismo e no anti-intelectualismo militante de Bourdieu. Segundo Chartier (2002, p. 82), por exemplo, “*aqueles que vêem em Bourdieu o último avatar do marxismo mais simplista não conhecem bem sua obra*”. Para o historiador, noções como a de “campo”, por exemplo, por inter-relacionarem dialeticamente indivíduo e sociedade, mostram que “*a existência de espaços sociais específicos nos quais os interesses, as hierarquias, as lutas têm formas e implicações particulares*”.

Em seu livro *Réponses*, de 1992, Bourdieu procura ainda mais uma vez pôr a claro sua posição em relação ao que é visto por seus críticos como mero determinismo: “*L’habitus n’est pas le destin que l’on y a vu parfois. Étant le produit de l’histoire, c’est un système de disposition ouvert. Qui est sans cesse affronté à des expériences nouvelles et non sans cesse affecté par elles. Il est durable mais non immuable* (1992).

## 2. Da discussão em torno da competência

### 2.1. Da competência natural à competência como prática: as relações entre reflexão e ação

Vejam os inicialmente, para melhor compreender as implicações da reflexão de Bourdieu em torno da noção de competência relativamente à linguagem, como o termo integra o sistema nocional da Sociologia. Veremos, ao fazer essa reflexão, que Bourdieu procura fugir do compromisso mantido entre a ciência da linguagem e o racionalismo para estabelecer em outros termos a discussão sobre a relação entre língua e competência.

Segundo Albert Ogien (2001), a

*introdução da noção de competência no aparelho nocional da Sociologia é contemporânea à recusa das abordagens deterministas que excluem a priori a idéia de que a ação dos indivíduos possa escapar aos sistemas de restrições no interior dos quais ela deve necessariamente se inscrever.*

Com relação ao que ocorre na França, segundo Ogien (op.cit.), pode-se dizer que a maior parte do que faz hoje em dia a Sociologia é admitir a importância do “ponto de vista dos atores sociais”, ou seja, admitir a

necessidade de dar atenção ao discurso dos indivíduos e às trocas levadas a cabo em situação de ação. Como ele bem observa, é o que fazem diferentes correntes que se reivindicam interacionistas; ou que fazem análise da vida cotidiana e relatos de vida; ou que se interessam por entrevistas biográficas e por narrativas orais. Os últimos trabalhos de Bourdieu (como a obra coletiva *La misère du monde*), segundo Ogien (op.cit.), por trazerem à análise a objetivação e o distanciamento introduzido pelas interações entre entrevistados e entrevistadores, também fazem parte dessa preocupação em torno da competência.

De todo modo, o que parece digno de nota é que, quando se volta para o “ponto de vista dos atores”, a Sociologia parece precisar da noção de competência, mesmo que ela seja demasiadamente marcada pela teoria fundadora de Chomsky. Ogien reconhece que essa noção tem sido empregada de maneira explícita ou implícita em Sociologia, quando se estuda o fenômeno pelo qual os indivíduos agem de maneira adequada às condutas do outro e aos elementos relevantes de seu meio, sabendo como convém fazer determinada coisa e dando legitimidade às suas ações.

Assim, continua Ogien, existiria uma relação estreita entre a noção de competência (como atributo do ator social) e aquele conhecimento tido como capacidade (como atributo do indivíduo).

*Uma das conseqüências de método mais extrema que deriva dessa opção é a seguinte: admitir a priori uma “competência” de atores para “negociar” integralmente seus universos de ação em construção de acordos na intersubjetividade.*

Se para Chomsky a competência é uma faculdade inata, e os indivíduos são inconscientes dela, isto é, não a controlam, não a podem julgar, para as teorias sociológicas (tal como podemos observar nas reflexões de Boltanski, Garfinkel, Hymes, entre outros), é a intersubjetividade que a explica. Como uma espécie de alternativa à visão inatista ou subjetivista de competência, há aqui um entendimento de que ela diz respeito, por ser uma noção avaliativa, às interações sociais. A essa visão intersubjetivista, contudo, opor-se-á Bourdieu.

Tomemos um trecho do sociólogo francês em “A produção da língua legítima” a fim de verificar como ele observa as relações entre língua e sociedade, em meio as quais a “*competência dominante opera como um capital lingüístico capaz de assegurar um lucro de distinção em sua relação com as demais competências*” (1998, p. 43-4):

*Ao privilegiar as constantes lingüisticamente pertinentes em detrimento das variações sociologicamente significativas*

*para construir este artefato que é a língua “comum”, tudo se passa como se a capacidade de falar, mais ou menos universalmente difundida, fosse identificável à maneira socialmente condicionada de realizar esta capacidade natural, cujas variedades são tantas quantas sejam as condições sociais de aquisição.* (1998, p. 41-2)

Bourdieu, entre outros sociólogos, procurou levantar as propriedades do “savoir-faire”, essa espécie de competência geral dos indivíduos, e o fez com base em noções como “disposição” e “habitus”, por exemplo. Como essas noções permitem a análise dos campos sociais? Entre outras possibilidades, pelo estilo de vida dos sujeitos, e também por seus julgamentos (políticos, morais, estéticos, etc.) e ações reflexivas.

A inserção da capacidade reflexiva dos atores como um tema sociológico parte então da consideração de que ela é uma das principais propriedades da competência, o que apresenta em risco a distinção entre reflexão e ação. A crítica que se faz a Bourdieu quanto a essa questão se apresenta quando se lembra, por exemplo, que a prática social é, para ele (1980), primeiro e principalmente, não reflexiva: trata-se do “senso prático” intuitivo. As capacidades reflexivas dos sujeitos teriam, para ele, segundo seus críticos, um papel meramente residual.

Por outro lado, é preciso levar em conta que Bourdieu não descarta em absoluto a capacidade e as ações reflexivas dos atores, mas as condiciona socio-culturalmente. Opondo-se ao intelectualismo, ele sempre desenvolveu uma crítica feroz à teoria da ação, especialmente a de inspiração anglo-saxônica, com a qual se identificam sociólogos e antropólogos da “ação racional”, como Boudon, Schütz ou Garfinkel. Para esses autores, salvaguardadas as diferenças que mantêm entre si, o foco da reflexão sobre competência são os cálculos operados pelos indivíduos para fazerem tal ou qual escolha para interpretar a vida cotidiana, ou mesmo pela maneira como os indivíduos se dão conta de suas ações.

Para Bourdieu, essa perspectiva comunicacional opõe de maneira dicotômica relação intelectual e relação prática, e deixa de levar em conta que a reflexividade (a reflexão sobre o que estamos fazendo) não deixa de estar presente nas condutas práticas – mesmo que ela não seja uma característica de toda ação, mesmo que estejamos contingenciados pelas restrições pragmáticas que presidem nossas ações. Para Bourdieu, vale lembrar, nós agimos num mundo que

*impõe sua presença, com suas urgências, suas coisas a fazer e a dizer, suas coisas feitas para serem ditas, que comandam diretamente os gestos ou as falas sem jamais se desdobrar como um espetáculo.* (1980)

Segundo Bourdieu (1979), fenômenos sociológicos, como a distinção e o *habitus*, impregnam profundamente os psiquismos e os corpos. Por meio deles podemos observar como as estruturas sociais impregnam as estruturas cognitivas. Daí que para a maior parte de nossas ações não haveria uma reflexão especial, posto que somos tomados de maneira largamente inconsciente pelo jogo social, seus pressupostos culturais e suas práticas ou formas de ação. Desde que as estruturas sociais objetivas para ele são parte integrante da subjetividade, e esta participa das primeiras, haveria nessa passagem de Bourdieu um movimento de superação da distinção entre reflexão e ação.

Em suma, se entendermos que a competência é antes uma prática que uma faculdade, é porque a noção de prática imbrica atos de linguagem e ações sociais (Cf. Ogien, 2001). As conseqüências dessa afirmação convocam a Sociologia e a Linguística para arbitragens interdisciplinares, como veremos especialmente na terceira seção deste artigo.

## 2.2. Dos “silêncios” da teoria chomskiana sobre a noção de competência

Tomemos a primeira discussão a destacar do texto “A produção e a reprodução da língua legítima”, relativa à noção de competência.

Bourdieu critica no campo linguístico o silêncio em relação à aplicação judiciosa que tanto Saussure quanto Chomsky – cada um à sua maneira – fizeram da metáfora da língua como “tesouro universal”, utilizada por Augusto Comte em *Système de Politique Positive* (1929). É deste último autor que Bourdieu extrai uma passagem logo no início de sua reflexão, a fim de chamar a atenção para o que ironicamente considera uma “*ilusão do comunismo linguístico que ronda toda teoria linguística*”, ou seja, a descrição da apropriação simbólica em termos místicos e naturalistas:

*Em relação a riquezas que comportam uma posse simultânea sem sofrer nenhuma alteração, a linguagem institui naturalmente uma plena comunidade onde todos, haurindo livremente do tesouro universal, concorrem espontaneamente para sua conservação.* (1998, p. 29)

Em sua discussão, Bourdieu destaca os mecanismos pelos quais a língua natural se transforma em língua legítima e critica a definição chomskiana de competência linguística enquanto uma faculdade inata de que os seres humanos seriam biologicamente dotados e da qual simplesmente não podem escapar (por serem inconscientes dela).

Segundo ele,

*Chomsky tem o mérito de atribuir explicitamente ao sujeito falante em sua universalidade a competência perfeita que a tradição de Saussure lhe concedia tacitamente (...) A meu ver, foi essa posição dos fundadores da moderna lingüística geral, não tendo havido nenhuma razão convincente para modificá-la (...) Em suma, deste ponto de vista, a competência definida por Chomsky é apenas outro nome da língua segundo Saussure. A língua como “tesouro universal”, possuído como propriedade indivisa por todo o grupo, corresponde a competência lingüística como “depósito” em cada indivíduo deste “tesouro” ou como participação de cada membro da “comunidade lingüística” neste bem público. (1998, p. 30)*

Referindo-se ao que considera como sendo uma “ilusão da Lingüística”, Bourdieu critica o silêncio da teoria chomskiana quanto ao desenvolvimento “competente” da língua pelos indivíduos. Para Bourdieu, o que se deixa de considerar a partir dessa ilusão diz respeito às condições de apropriação social da língua, infensa na teoria chomskiana – porque natural e homogênea – a “qualquer idéia de expropriação”. Tomemos, a propósito, a seguinte passagem:

*A competência suficiente para produzir frases suscetíveis de serem compreendidas pode ser inteiramente insuficiente para produzir frases suscetíveis de serem escutadas, frases aptas a serem reconhecidas como admissíveis em quaisquer situações nas quais se pode falar (...) Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se vêem condenados ao silêncio. Por conseguinte, o que é raro não é a capacidade de falar, inscrita no patrimônio, universal e, portanto, essencialmente não distintiva, mas sim a competência necessária para falar a língua legítima que, por depender do patrimônio social, retraduz distinções sociais na lógica propriamente simbólica dos desvios diferenciais ou, numa palavra, da distinção. (1998, p. 42)*

Subsumido no empreendimento gerativista pela teoria da competência lingüística (ou conhecimento lingüístico) enquanto faculdade inata dos falantes, o uso da língua pelos falantes (o desempenho ou *performance*, que diz respeito à capacidade de expressar o conhecimento tácito e inconsciente de suas regras de formação) subordina-se, também ele, à ordem cognitiva da língua.

As críticas de Bourdieu à moderna Lingüística geral, na verdade, foram quase sempre dirigidas às versões internalistas dessa ciência. É especialmente contra Chomsky e seguidores que são lançadas suas reflexões sobre a relação entre língua/competência natural e língua/competência legítima:

*A língua como “tesouro universal”, possuído como propriedade indivisa por todo o grupo, corresponde a competência lingüística como “depósito” em cada indivíduo deste “tesouro” ou como participação de cada membro da “comunidade lingüística” neste bem público. A mudança de linguagem esconde a fictio juris pela qual Chomsky, ao converter as leis imanentes do discurso legítimo em normas universais da prática lingüística adequada, escamoteia a questão das condições econômicas e sociais da aquisição da competência legítima e da constituição do mercado onde se estabelece e se impõe esta definição do legítimo e do ilegítimo. (p. 30)*

O movimento reflexivo feito por Bourdieu no texto aqui em pauta questiona a relação desse tesouro universal (tributário de todos os indivíduos) com a idéia de competência legítima. Na realidade, ele critica a posição de Chomsky por confundir (ou infundir) as duas noções, o que parece fazer ao entender que a competência é o depósito desse tesouro; critica na teorização lingüística a transformação das leis imanentes do discurso legítimo em normas universais da prática lingüística adequada (o que não está em questão no horizonte teórico do empreendimento gerativista, deve-se esclarecer). A crítica que Bourdieu faz a Chomsky em tom de denúncia afirma que se “escamoteia” na teoria gerativista a condição sociopolítica da transformação da língua natural em língua legítima. Entretanto, poderia ser dito quanto a isso que não há no empreendimento gerativo compromisso epistemológico com uma “teoria do desempenho” ou algo parecido, não sendo portanto apropriado reivindicar para esse construto teórico questões que ele não se propõe (mas que deixa de alguma forma subentendidas).

Para Bourdieu, vale notar, toda teoria que subtrai das “relações de comunicação as relações de força que aí ocorrem sob uma forma transfigurada” não se livra do “efeito ideológico de absolutização do relativo”, o que inclui as teorias dos atos de fala ou a Pragmática no tipo de racionalismo que ele critica na teoria chomskiana: “*pode-se tomar como prova o empréstimo não criticado de conceitos como o de força ilocucionária, o qual tende a colocar nas palavras – e não nas condições institucionais de sua utilização – a força das palavras*” (Cf. nota 4 da p. 30).

Seriam todos os lingüistas e toda a Lingüística poucos da gênese social da língua e da competência, como pretende Bourdieu (Cf. 1998, p. 31)? A resposta é negativa, se levarmos em conta o movimento da lingüística pós-saussuriana, que passa a repor no estudo de seu objeto, visto pelas lentes das perspectivas sociolingüísticas, enunciativas e discursivas, os elementos tidos como “heteróclitos” por Saussure, como a história, a sociedade, o sujeito, a prática social.

A Lingüística, que está longe de ser um bloco monolítico, nos últimos decênios precisou abrir mão ou alargou certos pressupostos de modo a enfrentar a complexidade em torno de seu objeto, a linguagem humana. Ao dialogar com a teoria lingüística nos termos em que o faz, isto é, prescindindo da variedade de concepções teóricas e procedimentos metodológicos existentes no campo lingüístico e estabelecendo uma relação de homologia entre as posições de Saussure e de Chomsky (como a que identifica o conceito de *langue* de Saussure com o de competência lingüística de Chomsky), Bourdieu manifesta uma curiosa ambivalência em relação à língua (e, portanto, à idéia de língua legítima, à idéia de norma, à idéia de mudança lingüística). E o faz precisamente por negligenciar seu caráter constitutivamente heterogêneo (Cf. Maingueneau, 1989), não apenas pragmática ou sociolingüisticamente variável.

Se por um lado os lingüistas não têm sido insensíveis à relação constitutiva entre diferenças lingüísticas e diferenças sociais (e entre língua e sociedade), resta sempre entender melhor no campo dos estudos da linguagem como é que a língua incorpora, retraduz e transforma – formal e discursivamente – um sistema de diferenças lingüísticas e sociais. Se hoje sabemos no campo lingüístico que é possível e necessário superar o estruturalismo para responder a questões como essa, tal disposição não parece ter sido assumida inteiramente pela Sociologia de Bourdieu. Entre outras razões que nos levam a esse comentário está o fato de que para Bourdieu, mais que abandonar o legado estruturalista saussuriano, devemos apenas recusar “*a abstração que ele opera*” (Cf. Bourdieu, 1998, p. 41).

Não estaríamos às voltas aqui com uma sutil, mas real contradição do sociólogo francês, imerso no tipo de estruturalismo do qual procura constantemente se afastar? Afinal, Bourdieu analisa a língua com base nos limites de sua estrutura (legítima ou ilegítima, padrão ou variável, dominada ou dominante), sempre a considerando a partir de uma ordem alheia a ela (ou supostamente alheia): ele procura na crítica ao racionalismo inatista submeter a língua e seus fenômenos de constituição a uma exterioridade social marcada pela determinação de seus mecanismos (extralingüísticos) de atuação.

A respeito da análise feita por Bourdieu sobre a noção de competência lingüística, outra ambivalência se mostra sutilmente quando ele não deixa de reconhecer que os homens são dotados de uma capacidade (cognitiva) para falar, que está “*inscrita no patrimônio biológico*”, ainda que isso não se traduza “*na competência necessária para falar a língua legítima*” (Idem, 1998, p. 42). Em que termos pensar o mesmo vetor epistemológico para a gênese e para o desenvolvimento da linguagem? Como estabelecer uma ponte entre o patrimônio inato e

o adquirido? Essa não parece ser uma questão para Bourdieu. Quando ele critica na teoria chomskiana a negligência em relação aos aspectos sociopolíticos da língua, deixa intacta a idéia de uma psicogênese da linguagem.

Entretanto, há muito a Lingüística vem questionando os limites explicativos da teoria chomskiana com relação à competência lingüística. Os anos 1980 foram extremamente produtivos para as vertentes psicolingüísticas sociointeracionistas (de inspiração vygotskiana e bakhtiniana), que não apenas discutiam o caráter social da linguagem no desenvolvimento e nas situações de uso, mas também postulavam no domínio empírico sua sociogênese.

A contradição que parece influenciar de alguma maneira a reflexão de Bourdieu sobre a linguagem impõe-se pela manutenção em seus escritos da distinção *langue* e *parole*, central em Saussure. Parece-nos que também quanto a este ponto é necessário enfrentar a questão com a complexidade que ela demanda. Para os lingüistas, o legado saussuriano está longe de ter sido inteiramente decifrado, o que deixa margem às inúmeras controvérsias que têm de maneira altamente produtiva feito a teoria lingüística movimentar-se ao longo do século XX. A propalada distinção entre *langue* e *parole*, por exemplo, teria sido inadvertidamente aprofundada, se levarmos em conta os arrazoados de lingüistas como Simon Bouquet (1997), que acaba vislumbrando inter-relações em nada “heteróclitas” entre tendências atuais da Lingüística e a reflexão saussuriana.<sup>2</sup>

Se ponderações como as feitas acima chamam a atenção para o necessário cuidado que se deve ter no estabelecimento de relações entre posições teóricas de autores separados em perspectiva e tempo, decerto não invalidam a crítica feita a Saussure e a Chomsky, os dois autores invocados por Bourdieu para rejeitar a naturalização dos fatos de linguagem (e dos processos afeitos a ela).

Contudo, essas ponderações nos permitem observar que o racionalismo inatista chomskiano não parece ser destruído pela crítica que lhe faz Bourdieu. Não deixa de ser interessante observar, além disso, que por razões distintas às alegadas por Bourdieu, mesmo alguns lingüistas que chegaram a discutir a noção de competência relativamente à linguagem (como Hymes e Maingueneau, para citar apenas dois), acabam por não contestar ou investir epistemologicamente contra a tese chomskiana acerca dessa capacidade natural que teriam os homens para falar e se comunicar.

### 2.3. A noção de competência no campo lingüístico

Retomemos a questão com a qual podemos checar o modelo fundador de competência no campo lingüístico.

Afinal, para que serve a noção de competência? O que ela é capaz de explicar?

É preciso reconhecer de antemão que o termo competência ganha sentido sempre dentro do discurso no qual ele é proferido. A construção do sentido de competência em campos tão diversos quanto os da Lingüística, da Sociologia ou da Psicologia não deixa de manter uma idéia geral que o relaciona com situações práticas onde o conceito pode ser empiricamente aferido, como ambientes profissionais, contextos da vida cotidiana, situações de uso social da linguagem, *etc.* Dessa forma, competência surge como um conceito normativo que é capaz de decidir o que um indivíduo pode ou deve fazer (portanto, ele é fortemente regulador, no que diz respeito às realidades sociais); em outras palavras, surge quase sempre como uma “norma” que está por sua vez sempre relacionada a uma atribuição de valor (Cf. Ogien, 2001).

Se à Lingüística é vinculado o modelo fundador das teorias da competência, com Chomsky, tem cabido a ela também a iniciativa de explicar melhor esse empreendimento racionalista que é pressupor que os homens agem ou possuem uma racionalidade intrínseca à espécie. Para Chomsky, por exemplo, essa racionalidade seria em última instância responsável por outras formas de conhecimento, como aquelas exibidas na *performance*. Esta, definida como uso da língua pelos falantes, submete-se à competência, definida por Chomsky como “conhecimento ideal da língua”.

Ainda que os estudos psicolingüísticos (em especial, os de inspiração cognitivista) tenham “comprovado” uma atitude natural para a linguagem nos seres humanos (o que os levam a assumir a hipótese chomskiana de competência lingüística inata, que explicaria a eficácia e a velocidade de aquisição de desenvolvimento da linguagem), não se pode prognosticar qualquer acordo entre eles sobre os princípios gerais que descrevem essa capacidade. Além disso, questões de ordem prática se impõem aos gerativistas. Dentre elas, podemos citar questões de variação lingüística ou ainda a ausência de resposta convincente à questão da aprendizagem, que é abandonada a uma tese evolucionista muito geral que não consegue dar conta da totalidade e da variedade das *performances* observadas (Cf. Ogien, 2001).

Ao lado de contra-exemplos como esses apontados por Ogien, encontramos os levantados por Dell Hymes (1974) no campo da Etnografia da Comunicação para postular uma “competência comunicativa” ante a competência lingüística tal como definida por Chomsky. Em *Vers la Compétence Linguistique* (1984), Hymes volta a discutir o problema da competência lingüística, reafirmando seu ponto de vista segundo o qual a noção recebe uma interpretação limitada na perspectiva

chomskiana. Para Hymes, em poucas palavras, competência – conceito que excede tanto o falante, quanto a forma lingüística – se refere basicamente às habilidades dos indivíduos inscritos numa comunidade de falantes cujo contexto é marcado pela desigualdade de oportunidades de uso (Cf. 1974).

Para o norte-americano, a quem se deve a consagração da noção de competência comunicativa (ou sociolingüística), bem como uma das críticas mais interessantes à perspectiva chomskiana,

*an adequate approach must distinguish and investigate four aspects of competence: a) systemic potential – whether and to what extent something is not yet realized, and, in a sense, not yet known; it is to this Chomsky in effect reduces competence; b) appropriateness – whether and to what extent something is in some context suitable, effective, or the like; c) occurrence – whether and to what extent something is done; d) feasibility – whether and to what extent something is possible, given the means of implementation available. (1974, p. 95)*

Embora Hymes apresente restrições ao racionalismo inatista, afirmando que “Chomsky insistence on the universal capacity for linguistic fluency is essential against the pervasive tendency to blame the failures of a social system on its victims, but in itself provides only a partial remedy” (op. cit., p. 94), a discussão sobre competência empreendida por ele não entra em choque frontal com o programa chomskiano. A noção de competência em Hymes nos parece mais complementar do que propriamente alternativa em relação à de Chomsky, na medida em que aquela se acrescenta a esta ao focalizar a descrição das regras de uso social da linguagem, e não apenas o conhecimento gramatical ou o sistema de regras internalizado dos falantes.

Não apenas na perspectiva da Etnografia da Comunicação a noção de competência foi enfocada de maneira alternativa à chomskiana. No campo da Análise do Discurso, o francês Dominique Maingueneau (que, a propósito, vale-se em sua obra de conceitos caros à Sociologia de Bourdieu como *habitus*, campo, espaço, *etc.*) abordou a noção de competência no interior dos pressupostos e métodos próprios da perspectiva discursiva.

Considerando que é bem verdade que o recurso à noção de competência pode causar estranheza entre aqueles que procuram arbitrar as relações entre língua e exterioridade, Maingueneau considera que é verdade também que a noção de competência está longe de estar bem delimitada, seja em Gramática, seja em Psicolingüística, seja em Pragmática. A partir disso, abre-se o caminho para que a noção possa ser abordada sem o peso categorial que a relaciona de maneira direta com o inatismo ou com uma espécie de “subjetividade transcendental” (Cf. Maingueneau, 1984, p. 47).

Se para Foucault (1969/1986) não se pode colocar em questão o “princípio” de uma competência (porque a análise enunciativa não se coloca a não ser a partir de coisas ditas), para Maingueneau “*le détournement par un modèle de compétence, par ce qui peut être dit, permet justement de mieux rendre compte de ce qui a été effectivement dit*” (Idem, 1984, p. 47). Com isso, temos que a consideração de uma idéia de competência pode ser aplicada à análise não apenas da língua, como também do discurso.

Segundo Maingueneau (1984), a competência discursiva define o sistema de restrições semânticas e regularidades interdiscursivas historicamente definidas de que devem dar conta os sujeitos da linguagem em dois domínios, o intertextual e o retórico. Essa competência possibilita aos falantes produzir e reconhecer um discurso como pertencente a um determinado universo discursivo (onde se encontram as formações discursivas, os pressupostos culturais, etc.).

A noção, assim, não se refere ao que ocorre com indivíduos ou grupos:

*On ne doit pourtant pas se dissimuler que la notion de compétence peut présenter l'inconvénient de mener certains à l'idée d'un système "référé à un sujet individuel, à quelque chose comme une conscience collective", au lieu de supposer "un champ anonyme dont la configuration définit la place possible des sujets parlants" (...) En revanche, elle présente l'avantage de ne pas supposer une extériorité absolue entre la position énonciative et les Sujets qui viennent l'occuper. Car il faut bien penser d'une manière ou d'une autre le fait que cette position soit occupable, que le discours soit énonçable. Faute de quoi, sous couleur de ne pas réintroduire le Sujet idéaliste, on aboutit à une conception peu satisfaisante des énonciateurs discursifs, cires molles qui se laisseraient "dominer", "assujettir" par un discours tout-puissant. Parler d'un "assujettissement", de "domination", ce n'est qu'une façon de dire le résultat d'un processus d'inscription dans une activité discursive qui demeure par ailleurs assez mystérieux (...) Pour sortir de cette difficulté on est alors tenté de poser une sorte de tautologie: si tels énonciateurs on pu interioriser le fonctionnement d'un discours dans toute sa complexité, c'est tout simplement parce que ce dernier leur était imposé par leur position sociale, qu'il existait un lien, obscur mais nécessaire, entre la nature de ce discours et l'appartenance à tel groupe ou classe. (op.cit. p. 49-50)*

Se essa passagem nos remete a Bourdieu (e a noções como *habitus* e campo), ela nos remete também a uma posição crítica com relação ao estruturalismo, que negligenciaria a apropriação social da competência discursiva. A questão que permanece sem resposta no texto de Maingueneau é: como os sujeitos (se) dão conta do sistema de restrições que a constitui?

O autor procura contornar de algum modo essa questão, afirmando que, ao contrário de Chomsky, que invoca uma espécie de “impregnação” misteriosa para explicar a aquisição da linguagem, seria mais verossímil postular a existência de uma relação estreita entre “*la simplicité du système de contraintes du discours et la possibilité de le maîtriser*” (op.cit. p. 51).

Em outras duas passagens, um diálogo entre Maingueneau e Bourdieu relativamente à questão da competência pode ser estabelecido, sem que isso permita uma identificação entre ambos os autores. A primeira passagem destaca o caráter ideológico da competência e a constituição heterogênea do sujeito, sobre o que escreve Maingueneau:

*Au cours de sa vie le même individu peut, successivement et parfois simultanément, s'inscrire dans des compétences discursives distinctes, bien qu'on ait facilement tendance à s'imaginer que chacun est associé à une et une seule compétence. Cette stabilité est peut-être vraie pour quelques personnalités, qui se sont identifiées complètement à un certain discours, mais elle est démentie par les données les plus évidentes. Ce n'est pas parce qu'à un moment donné la domination discursive a basculé, qu'un discours s'est gari ou marginalisé que tous les usagers se sont tus ou ont laissé la parole à d'autres énonciateurs. La capacité d'adaptation de la grande majorité ne fait aucun doute: la plupart des prédicateurs, journalistes, etc... catholiques d'avant le concile Vatican II n'ont pas laissé la place à d'autres; ils ont changé de discours. (op. cit. p. 51-2)*

Fenômenos como esses são mais facilmente percebidos, afirma Maingueneau, se aplicarmos à competência regras simples que consistem em admitir que os sujeitos prendem-se menos a um determinado paradigma quanto mais o acesso a novos paradigmas parecer formalmente mais fácil.

A segunda passagem destaca a posição de ambos os autores quanto à relação entre forma e conteúdo da competência, que vêem como coisas distintas. Vejamos como a questão é enfocada por Maingueneau:

*D'aucuns pourront être surpris par le transfert dans le domaine du discours de considérations d'ordre plutôt "cognitif", et voir là quelque derive psychologue incompatible avec la nature de la discursivité. En réalité, il ne faut pas confondre deux choses: la structure du contenu de cette compétence et ses conditions de possibilités formelles. (op. cit. p. 52)*

A maneira como Maingueneau aborda a noção sugere que a competência relativamente à linguagem pode pertencer à armadura teórica da Análise do



Discurso, mas não deixa de reconhecer que outros autores lhe imprimem uma perspectiva mais comunicacional. É o caso, por exemplo, de Kerbrat-Orecchioni (1986, apud Charaudeau & Maingueneau, 2001, p. 113), que por ela define a atitude do sujeito de controlar as regras de uso da língua em situações e gêneros variados, dando-lhe um caráter mais pragmático (ou “retórico-pragmático”, em seus termos).

Se no campo lingüístico podemos pensar como se viu acima as estruturas sociais e as estruturas lingüísticas a partir do que inspira Bourdieu, isso não implica assumir *in totum* suas intervenções no domínio da ciência da linguagem.

O que podemos extrair de interessante para a Lingüística a partir da reflexão da Sociologia da ação na qual se inscrevem Bourdieu e outros é que a noção de competência é essencialmente normativa, procede das condições materiais (sociais, econômicas, políticas) de vida em sociedade, e isso contribui para o seu modo de existência. O que poderia ser afirmado de importante e de teoricamente radical para a Lingüística com base nas reflexões de Bourdieu em seu texto “A produção e a reprodução da língua legítima” é, em poucas palavras: ao que parece, nada que seja considerado “natural” pode ser chamado de competência. A partir disso, parece ficar sob todas as reservas a aplicação do termo competência ao que for considerado como capacidade lingüística ou cognitiva natural, intrínseca, em última instância administrada pelo indivíduo e seu cérebro.

Observa-se com base nas reflexões feitas até aqui que a Lingüística tem feito movimentos teórico-metodológicos para incorporar na discussão sobre competência as ações feitas com a linguagem, ou a ação que ela significa e constitui (e não apenas implica). Ainda que os componentes pragmáticos, enunciativos ou discursivos tenham sido definitivamente incorporados na análise do objeto próprio da Lingüística, estamos longe de prognosticar um acordo entre os lingüistas a respeito da noção de competência.

Se nos voltarmos para a inclusão desses componentes no estudo da língua e seu funcionamento, o que ainda estaria por fazer é refletir de forma consistente sobre a plausibilidade de uma teoria da competência lingüística alternativa ao empreendimento gerativo. De uma perspectiva pragmática, Dascal indica uma das conseqüências de tal disposição teórica, que tem a ver com a discussão em torno da definição do campo de estudo da Lingüística:

*mostrar que há toda uma dimensão especial da competência (...) que tem sido sistematicamente deixada de lado pela maioria dos lingüistas, sob pretexto de ser, na melhor das hipóteses, uma competência não-lingüística, e na pior, de*

*pertencer simplesmente ao domínio do desempenho.* (1982, p. 16)

Se pudéssemos resumir as expectativas em torno da idéia de competência relativamente à linguagem (e à Lingüística) numa perspectiva alternativa ao modelo fundador de competência no campo lingüístico, diríamos o seguinte: (i) a noção de competência evoca diferentes modalidades de exercício de diferentes capacidades, como afirma Ogien, 2001 (isto é, diz respeito a um “saber em uso”); ou seja, a competência não tem apenas uma existência pragmático-discursiva, como também é heurísticamente concebida pelos sujeitos nas situações enunciativas (Cf. Morato, 2002); (ii) se a competência é antes uma prática que uma faculdade, é porque a noção de prática imbrica atos de linguagem e ações sociais; (iii) não sendo entendida como uma faculdade ou uma disposição mental, a competência pode ser analisada empiricamente.

Entre as teses que podemos extrair da reflexão da Sociologia de Bourdieu (ou de algum modo inspirada nela) que podem ser vinculadas a uma reflexão não internalista de competência no campo da Lingüística, destacam-se (Cf. Morato, 2002): (i) há uma iniciativa racionalista em todo discurso sobre (ou que pressupõe) a competência, seja ela natural ou legitimada por mecanismos sociais; (ii) a idéia de competência como “prática” desvincula a idéia de competência à de “faculdade” (Cf. Ogien, 2001); (iii) a postulação de uma competência para a linguagem, enquanto conhecimento, é parte integrante de um “discurso competente”, legítimo/legitimado sociopoliticamente (Cf. Chauí, 1989); (iv) se pensarmos no caráter avaliativo e regulador do termo, nada que seja considerado “natural” pode ser chamado de competência.

### 3. Das reflexões em torno do campo lingüístico e da produção da língua legítima

#### 3.1. No interior do campo: uma visada lingüística dos conceitos de campo lingüístico e de língua legítima

Nesta terceira seção do artigo, pretendemos discutir em que medida a maneira pela qual Bourdieu concebe as relações no interior do campo lingüístico (onde é produzida a língua legítima) pode nos servir como um importante ponto de partida para que sejam melhor compreendidas as relações existentes entre as práticas lingüísticas reconhecidas como legítimas e as práticas lingüísticas reconhecidas como não-legítimas.

Um de nossos interesses é o de mostrar que a preocupação de Bourdieu a respeito da relação entre

linguagem e sistemas de dominação é uma questão (entre outras<sup>3</sup>) que, apesar de não ter sido respondida da maneira como Bourdieu o faz na década de 1980, foi e continua sendo importante, tendo recebido respostas das diversas orientações teóricas contextuais da Lingüística contemporânea constituídas mais formalmente a partir da década de 1960 (tais como a sociolingüística laboviana, a sociolingüística interacional, a etnografia da comunicação, as diferentes análises do discurso, a pragmática). Além disso, no Brasil mais especificamente, a formulação de Bourdieu acerca do campo lingüístico propiciou a elaboração de um trabalho denso e fundador na Lingüística brasileira (Gnerre, 1987), que sistematiza e analisa as questões que envolvem os processos lingüísticos e sociais que estão na base das práticas de legitimação e desvalorização das variedades lingüísticas.

Começamos, então, por uma apresentação de como Bourdieu compreende a excelência lingüística. Esse capital simbólico possui duas características, a saber, a distinção e a correção. De forma a explicar a primeira propriedade, Bourdieu afirma que

*os usos sociais da língua devem seu valor propriamente social ao fato de se mostrarem propensos a se organizar em sistemas de diferenças (entre as variantes prosódicas e de articulação ou lexicológicas e sintáticas), reproduzindo o sistema das diferenças sociais na ordem simbólica dos desvios diferenciais. Falar é apropriar-se de um ou outro dentre os estilos expressivos já constituídos no e pelo uso, objetivamente marcados por sua posição numa hierarquia de estilos que exprime através de sua ordem a hierarquia dos grupos correspondentes. (1998, p. 41)*

Apesar de não compreender as relações entre linguagem e sociedade como os sociolingüistas labovianos o fazem (numa correlação entre índices sociais, tais como classe social, idade, sexo, contexto, e variáveis lingüísticas), ou como os etnógrafos da comunicação o fazem (procurando compreender o fenômeno lingüístico como submetido a uma funcionalidade comunicacional), somente para dar dois exemplos, é possível dizer que, de uma maneira geral, Bourdieu se apropria das reflexões produzidas no interior da Sociolingüística (que considera que há variações lingüísticas que se encontram relacionadas às diferenciações existentes na estrutura social das sociedades) para, enfim, criticar as explicações produzidas no interior dessa área da Lingüística. Isto tudo para afirmar que há pressupostos partilhados entre Bourdieu e os sociolingüistas acerca da existência de sistemas de diferenças lingüísticas que se encontram relacionadas aos sistemas de diferenças sociais. Vejamos, no entanto, como Bourdieu compreende a natureza das

relações entre estes dois sistemas.

O autor afirma que as diferenças lingüísticas encontram-se organizadas dentro do “campo lingüístico”, definido como um sistema de relações de força propriamente lingüísticas que se encontra fundado na distribuição desigual do capital lingüístico no mercado das trocas simbólicas, ou melhor, na distribuição desigual das oportunidades<sup>4</sup> de incorporação por parte dos falantes de recursos lingüísticos objetivados.

Para Bourdieu, compreender mais profundamente a estrutura deste campo implica perceber a existência de dois tipos de capital lingüístico: um capital necessário à simples produção de um *falar comum*, mais ou menos legítimo, e um capital constituído por um conjunto de instrumentos de expressão necessários para a produção de um *discurso* escrito digno de ser *publicado/oficializado*, ou seja, a língua legítima. Para o autor,

*a língua legítima é uma língua semi-artificial cuja manutenção envolve um trabalho permanente de correção de que se incumbem tanto os locutores singulares como as instituições especialmente organizadas com esta finalidade. Por intermédios de seus gramáticos, responsáveis pela fixação e codificação do uso legítimo, e de seus mestres que impõem e inculcam tal uso através de inúmeras ações corretivas, o sistema escolar tende (nesta e em outras matérias) a produzir a necessidade de seus próprios serviços, produtos, trabalhos e instrumentos de correção. (Bourdieu, 1998, p. 48)*

Ao descrever a forma como o campo encontra-se organizado, o autor nos alerta para o fato de que este segundo capital lingüístico, a saber, a língua legítima, não pode manter-se por si só neste lugar de reconhecida legitimidade e valor. Sua constância no tempo e no espaço se deve a uma espécie de *criação continuada* que ocorre em meio a lutas contínuas entre as diferentes autoridades que participam do subcampo de produção de um saber especializado sobre esta língua e que concorrem entre si pelo monopólio da imposição do modo de expressão legítima. Sobre esta questão, Bourdieu afirma o que se segue:

*Uma das propriedades genéricas dos campos é o fato de que a luta em torno do que exatamente está em jogo costuma dissimular ao mesmo tempo o conluio objetivo a respeito dos princípios do jogo. Ou melhor, essa luta tende continuamente a reproduzir o jogo e tudo o mais que está em jogo, reproduzindo naqueles que se encontram diretamente envolvidos nele (mas não apenas entre eles) a adesão prática ao valor do jogo e do que está em jogo (móveis de concorrência) que define o reconhecimento da legitimidade. O que aconteceria com a vida literária se toda a disputa passasse a girar em torno do que valem as disputas sobre o estilo e não mais sobre*

*o estilo deste ou daquele autor? Qualquer jogo termina quando se começa a perguntar se ele vale a pena. As lutas entre os escritores em torno da arte de escrever legítima contribuem, por sua própria existência, para produzir quer a língua legítima, definida pela distância que a separa da língua “comum”, quer a crença em sua legitimidade.* (Bourdieu, 1998, p. 45)

A passagem acima se refere aos processos de categorização produzidos no e pelo campo acadêmico que necessariamente pressupõem a instauração de uma realidade tal como ela é discursivamente construída. Assim, numa crítica indireta também aos lingüistas, o autor os interpela sobre suas participações no interior do campo lingüístico no processo de produção e de reprodução do fato, da língua legítima, principalmente quando constroem dicotomias (norma culta & norma popular) ou quando simplesmente elaboram a descrição da “norma culta”, reforçando, assim, a sua legitimidade.

Ao propor a constituição do campo lingüístico, mais do que mostrar como as diferenças lingüísticas podem funcionar como signos/expressão de distinção social, o autor procura mostrar que (i) no interior do campo lingüístico há um universo hierarquizado de desvios perante uma forma de discurso (quase) universalmente reconhecida como legítima e não um universo relativista de diferenças capazes de se relativizarem mutuamente; (ii) há um subcampo dentro do campo lingüístico que trabalha com o objetivo de produzir a consagração da língua legítima e a desvalorização da língua comum; (iii) há uma “violência simbólica” nesse processo de legitimação, já que os grupos subordinados são forçados a reconhecer a cultura dominante como legítima e a própria cultura como ilegítima.

Burke (1992/2002) afirma que Bourdieu, ao postular a noção de “campo”, dá preferência a uma noção mais flexível de estrutura, como um “campo” ou conjunto de campos (campo religioso, campo literário, campo econômico) em que os atores sociais são definidos com base em suas posições relativas nesse espaço.

Nosso principal objetivo será, a partir de agora, o de tentar promover algumas aproximações e distanciamentos mais sistemáticos dos conceitos de língua legítima e de campo lingüístico postulados por Bourdieu a conceitos produzidos no interior do campo da Lingüística. Em seguida, procuraremos relativizar, a despeito da crítica ao relativismo lingüístico feita pelo próprio autor, o conceito de língua legítima, procurando mostrar, com base em estudos recentes sobre o Português brasileiro, que as formas lingüísticas do Português brasileiro reconhecidas como legítimas são várias e, no dizer de Ribeiro (2002), parecem possuir muitas faces, o que necessariamente nos leva a repensar

as grandes dicotomias postuladas na tentativa de explicação do funcionamento do campo lingüístico e de suas práticas.

Dar visibilidade à diversidade e à heterogeneidade das práticas lingüísticas em contextos sociais distintos não significa deixar de considerar que há relações de poder e de força que as legitimam e impõem uma violência simbólica em relação àqueles que são os falantes de variedades desprestigiadas. Ocorre que esses processos de dominação simbólica são particularmente difíceis de serem apreendidos também em função de, frequentemente, nos encontrarmos impossibilitados de proceder a uma delimitação mais precisa de fronteiras entre uma (a legítima) e outra (a ilegítima) ordem lingüística.

### 3.2. Em torno das relações entre Bourdieu e as perspectivas sociolingüísticas

Na seção anterior, começamos a delinear algumas aproximações entre as postulações de Bourdieu sobre a forma de constituição do campo lingüístico e os interesses e objetivos programáticos da Sociolingüística. No entanto, o interesse pelas relações entre essas “duas grandes entidades”, a saber, língua e sociedade,<sup>5</sup> está longe de encontrar-se restrito a uma área da ciência da linguagem. Sem dúvida, esta é uma das questões mais privilegiadas pela Lingüística do século XX, a despeito da ênfase no caráter formal e estrutural do fenômeno lingüístico e da institucionalização da Lingüística Interna e da Lingüística Externa propiciados pelo estruturalismo saussuriano.

Quando procuraram compreender melhor as relações entre língua e sociedade, os lingüistas modernos necessariamente tiveram que enfrentar a questão da diversidade lingüística. Se pensarmos nos esforços despendidos principalmente pela Lingüística Estrutural, as explicações para a questão da diversidade acabaram pautando-se pela procura por uma unidade original, de origem histórica ou psicológica, o que resultou na imposição de uma língua e/ou de um padrão de língua. No entanto, como os paradigmas na construção do conhecimento sobre um determinado objeto encontram-se em constante mudança, as perspectivas que serão aqui apresentadas constituem-se em diferentes formas de enfrentar esta questão e de produzir visões de língua fundamentalmente comprometida com seus falantes e seus usos.

Ao retomarmos as formulações de Bourdieu, perceberemos que o autor assume que existe um subcampo no interior do campo lingüístico por ele postulado que trabalha incessantemente para construir a legitimação de uma determinada variedade de língua, a língua legítima. O autor ainda postula que este subcampo encontra-se

organizado de forma a expressar as lutas entre as diferentes autoridades (escritores, gramáticos e pedagogos) na concorrência pelo monopólio da imposição do modo de expressão legítimo. Fundamentalmente, o autor postula que o mercado lingüístico mantém o *desvio* como uma constante estrutural que organiza a distribuição dos diferentes usos da língua. As estratégias de assimilação e de dissimilação produzidas pelos falantes dependem estreitamente de sua posição na estrutura de distribuição do capital lingüístico.

Para o autor, a diversidade explícita dos recursos lingüísticos mobilizados pelos falantes não consegue modificar a estrutura dos desvios distintivos. Uma primeira diferenciação que pode ser estabelecida entre as formulações de Bourdieu e as perspectivas sócio-interacionistas<sup>6</sup> de língua é o fato de que estas últimas compreendem o fenômeno lingüístico ele mesmo (e não apenas uma parte dele) como constituído por uma atividade criadora incessante engendrada não apenas pelos grupos que fazem parte do campo lingüístico, mas também pelos sujeitos e suas ações reflexivas para que determinados sentidos sejam produzidos e para que relações, pela linguagem e na linguagem, sejam estabelecidas. Apesar do reconhecimento da existência de outros mercados lingüísticos e das capacidades dos sujeitos de empreenderem reflexões sobre suas práticas (inclusive sobre suas práticas lingüísticas), Bourdieu enfaticamente chama a atenção apenas para os processos que são constitutivos da dimensão mais visível e mais institucional (e nem por isso mais social) das atividades sobre a linguagem: aquela que se revela no trabalho histórico e sistemático desenvolvido sobre a chamada língua legítima.

Os estudos da linguagem de orientação funcionalista (sejam eles perspectivas de base mais sociológica, como a de William Labov ou perspectivas de base mais antropológica, como as desenvolvidas por Hymes e Gumperz) desenvolveram suas teorias e produziram suas análises tendo em vista questões como as que são discutidas por Bourdieu: o uso e a aquisição institucional de recursos lingüísticos, as relações entre linguagem e sistemas de dominação e de subordinação, as relações sociais e discursivas intra e inter-comunidades, entre outras questões.

Um exemplo de um tipo de orientação teórica que procura descrever processos que Bourdieu chamaria de processos de *contralegitimação* são os estudos de sociolingüistas labovianos que afirmam que os processos de mudança lingüística podem originar-se em qualquer estrato social da comunidade estudada, adquirir uma forma de prestígio aberto<sup>7</sup> e, paulatinamente, espalhar-se para outros grupos sociais; em outras palavras, os indivíduos que pertencem a camadas

populares e que falam variedades de língua não prestigiadas podem legitimar formas lingüísticas que são estigmatizadas. Isto significa dizer que os falantes não apenas procuram substituir as formas lingüísticas consideradas ilegítimas e incorretas por aquelas legítimas e corretas, mas também podem exercer uma pressão “de baixo para cima”, ou seja, podem tornar reconhecidas socialmente formas lingüísticas que não o são. Na concepção de Bourdieu, existiriam mecanismos específicos de capitalização que apontam fundamentalmente para a possibilidade de negação da dependência de certos “mercados lingüísticos” em relação à língua legítima e de reafirmação da autonomia destes mercados em relação a esta mesma língua. Apesar de em sua obra Bourdieu enfatizar a dinamicidade e a complexidade do conceito de campo, ao apresentar o campo lingüístico prefere focar a sua face mais estruturada, dando uma ênfase muito menor à sua face estruturante.<sup>8</sup>

De qualquer maneira, o que importa ressaltar aqui é o fato de que é possível que um certo grau de prestígio passe a ser atribuído, por um determinado grupo social, a um elemento do sistema lingüístico, sem que isto seja necessariamente obra do subcampo definido pelo autor como responsável pela construção da distinção lingüística. A distinção pode ser produzida pelos diferentes grupos ou comunidades lingüísticas e não só pelas instituições (família e escola, por exemplo) ou pelos sujeitos autorizados para exercer tal legitimação (gramáticos, filólogos, lingüistas, dicionaristas). É claro que podemos nos perguntar sobre os graus de distinção que estas formas podem adquirir na sociedade. Uma resposta para este tipo de pergunta exigiria estudos qualitativos sobre atitudes lingüísticas, que poderiam iluminar as descrições quantitativas que correlacionam certos marcadores lingüísticos a determinados índices sociais, tais como o de classe social e o de contextos de fala.

Para um programa de investigação sobre as relações entre língua e sociedade com base em uma perspectiva funcionalista, por exemplo, é absolutamente necessário reconhecer as formas como encontramos e usamos a língua no mundo. Hymes (1996), por exemplo, afirma que as dificuldades com as quais os sujeitos a todo o momento se deparam quando estão interagindo verbalmente são aspectos comuns e constitutivos das práticas lingüísticas. Mais do que isto, o autor afirma que essas dificuldades colocam-se como verdadeiras limitações à teórica potencialidade das línguas. Neste sentido, reconhecer e enfrentar a questão da diversidade lingüística implica assumir que nem o conhecimento sobre a língua pode ser tratado em termos de sua ilimitada potencialidade (dadas as restrições históricas, sociais e culturais), nem as línguas naturais podem ser

concebidas apenas como produtos ou de uma subjetividade individual ou de uma objetividade teórica, parafraseando a formulação de Bakhtin. Para as perspectivas sociointeracionistas, o centro de gravidade da língua não se encontra na conformidade à norma, mas na nova significação que as formas adquirem no contexto da interação. Bakhtin (1929/1986), por exemplo, afirma que o que importa para o locutor é que as formas lingüísticas funcionem em um dado contexto de maneira adequada às condições de uma dada situação concreta.

Sendo assim, apesar de não se negar a existência e a forma de organização hierárquica do campo lingüístico postulado por Bourdieu, é interessante pensar que esse campo encontra-se organizado também em função de (i) diferentes graus de elaboração dos recursos expressivos que propiciam a construção de uma imagem para o falante de distinção social; (ii) diferentes graus de adequação das formas lingüísticas às condições de uma situação concreta, como nos diz Bakhtin, e (iii) da afirmação de identidades/diferenças socioculturais.

Além disso, a postulação de Bourdieu de uma “elaboração discursiva” por parte dos falantes poderia ser ampliada, contemplando não apenas um tipo de consciência em relação às formas lingüísticas em si, mas também uma consciência em relação aos diversos gêneros (orais ou escritos), já que as formas lingüísticas não existem fora de enunciados concretos (Bakhtin, 1979/1992).

Se, conforme nos diz Bourdieu, a língua legítima encontra-se associada a instâncias oficiais de produção dos discursos, um desdobramento mais ou menos natural dessa formulação seria dizer que a utilização dessa língua legítima realiza-se mais propriamente através de determinados gêneros (na compreensão de Bourdieu, de “gêneros escritos”) que a ela estão associados. Nesse sentido, dominar a língua legítima deve significar também dominar os rituais enunciativos que presidem a produção dos discursos. Em outras palavras, o domínio das formas lingüísticas consideradas legítimas implicaria necessariamente o domínio dos tempos e dos espaços de sua legitimação.<sup>9</sup> Sobre esta questão, Bourdieu mesmo afirma a necessidade de relacionar a língua legítima a instâncias enunciativas mais específicas por meio das quais se exerce um poder de dominação:

*Esta produção de instrumentos de produção tais como as figuras de linguagem e de pensamento, os gêneros, as maneiras ou estilos legítimos e, de modo geral, todos os discursos destinados a se tornarem “autoridade”, fontes de “referência obrigatória”, e a serem citados como exemplos de “uso correto”, confere àquele que a exerce um poder sobre a língua*

*e, por essa via, sobre os simples usuários da língua, bem como sobre seu capital.* (op. cit, p. 45)

Na tentativa de compreender a constituição do campo lingüístico postulado por Bourdieu, somos levados a discutir suas formulações em relação à perspectivas que procuram analisar também elas as práticas lingüísticas tomando por base não apenas os papéis sociais dos falantes, mas a comunidade de fala à qual eles pertencem; e a partir do repertório verbal dos falantes (Hymes, 1996). Em que medida é possível pensar uma aproximação entre a noção de campo lingüístico (no interior do qual é produzida a língua legítima) e a noção de comunidade de fala (no interior da qual são produzidas as diferentes “formas de falar”)?

Se compreendermos, como Pissarra Esteves (1998), que os campos sociais são “espaços de interação”, ou seja, “são contextos de sociabilidade nos quais indivíduo e sociedade são uma e a mesma matéria”, é possível reafirmar a aproximação que fizemos acima entre as postulações de Bourdieu sobre os modos de constituição do campo lingüístico e as formulações de base sociointeracionista, produzidas no interior da Lingüística. A nosso ver, é a força estruturante do campo lingüístico (constitutiva de qualquer um dos campos sociais) que possibilita a contínua criação de “formas de falar” que escapam de um processo de configuração que siga uma única direção, ou seja, na direção do necessário reforço da ordem lingüística reconhecida como legítima. Se, por um lado, a ordem normativa do campo lingüístico organiza e regula as relações entre os diferentes agentes ou grupos, por outro lado, é possível pressupor que existam, no interior do campo, relações de identificação e de diferenciação que funcionam de forma a integrar e/ou separar as diferentes comunidades lingüísticas produzidas no e pelo campo lingüístico.

Se consideramos que a noção de campo lingüístico postulada por Bourdieu constitui-se em um ponto de partida obrigatório para a reflexão sobre as práticas lingüísticas, e se desejamos compreender melhor as diversas formas de inter-relação e de sobreposição que podem ser estabelecidas entre as práticas consideradas legítimas e as consideradas não-legítimas no interior do campo lingüístico, não podemos deixar de pensar em categorias que possam propiciar análises que consigam vislumbrar a complexidade da constituição desse campo. Assim, torna-se interessante refletir sobre a noção de comunidade, em primeiro lugar, e, em seguida, sobre a noção de comunidade de fala proposta no campo da Lingüística (Hymes, 1964). Com relação ao conceito de comunidade, Burke (1992/2000) afirma que este é um conceito que vem se tornando cada vez mais importante na escrita da história.

Apesar de o antropólogo Victor Turner (1969 apud Burke, op. cit., p. 84) ter cunhado o termo para referir-se a solidariedades sociais espontâneas, não estruturadas e que são caracterizadas fundamentalmente pela impermanência, a noção de comunidade passa atualmente por uma profunda revisão. Para Burke,

*não se pode supor que cada grupo seja permeado pela solidariedade: as comunidades precisam ser construídas e reconstruídas. E não se pode ter por certo que uma comunidade seja caracterizada por atitudes homogêneas ou esteja livre de conflitos – lutas de classes entre outros. (op. cit., p. 86)*

Além disso, esta noção, segundo o autor, da forma como é concebida (principalmente nos termos dos rituais que possibilitam a (re)construção de comunidades simbólicas), possibilita a emergência de uma preocupação teórica com os processos que são responsáveis pela construção de “identidades coletivas”. Ainda para o autor, o estudo de comunidades específicas acabou por obrigar os pesquisadores a não ignorarem as relações entre a microanálise e a macroanálise no campo da história.

A noção de comunidade de fala tal como é postulada por Hymes (1964) encontra-se fundamentalmente vinculada à postulação de que identidades coletivas lingüísticas múltiplas e heterogêneas são constantemente criadas com base no exercício do conhecimento de regras para a condução e interpretação da fala compartilhado por seus membros. Para Hymes (1996), as comunidades são ao mesmo tempo, dinâmicas, múltiplas e complexas. Mais especificamente, as comunidades de fala podem ser latentes ou podem se encontrar em desuso (*obsolescents*), tais como algumas comunidades de fala de grupos indígenas, que podem colocar em prática certos usos da língua em razão da visita de um lingüista ou de um antropólogo que também fala a língua e que pode, conforme seu interesse, mobilizar certas maneiras de falar que ainda podem ser colocadas em prática. Há comunidades emergentes, como a comunidade da cidade de Nova York, por exemplo, que se constitui enquanto comunidade porque seus membros compartilham normas de avaliação de certas variáveis. Hymes (1996) afirma que os limites (e a organização interna) de uma comunidade de fala não dizem respeito apenas a uma questão de grau de interação entre seus membros, mas de atribuição ou aquisição de um sentimento de pertença, de identidade ou de identificação. No entanto, o próprio autor reconhece que pouco se fez para que sejamos capazes de

compreender e lidar com a natureza multilíngüe e heterogênea das comunidades de fala.

A visão de língua como uma entidade não “puramente” lingüística, mas fundamentalmente comunicacional pressuposta por Hymes, e que está na base da formulação do conceito de comunidade de fala permite pensar e conceber a diversidade e a heterogeneidade lingüísticas como constitutivas das práticas comunicativas. A noção de comunidade de fala constitui-se, desse modo, em um *locus* de investigação prioritário para o entendimento das relações entre língua e sociedade.

A existência de mecanismos reguladores nos usos da língua e a existência de uma variedade de prestígio associada aos usos institucionais, à tradição gramatical e à escrita constituem fundamentalmente o campo lingüístico. No entanto, é preciso reafirmar a natureza dinâmica e complexa do campo lingüístico, principalmente se também consideramos mais detidamente as práticas comunicativas ordinárias que necessariamente ocorrem no interior de comunidades de fala, que, por sua vez, também são regidas pela distribuição desigual de habilidades e de uso das diferentes variedades da língua.

No Brasil, os estudos da chamada “norma urbana culta” efetuados por lingüistas brasileiros desde a década de 1970, referem-se, no que diz respeito ao termo “norma”, a tudo o que é “habitual”, “frequente”, “usual” (Cf. Cunha, 1985 apud Ribeiro, 2002, p. 359) e, no que diz respeito ao termo “culto”, a toda variedade usada por falantes de curso superior completo, variedade esta que se encontra relacionada a processos que implicam um alto grau de escolarização, de normatização e práticas de gêneros escritos.

Apesar da tese defendida por alguns lingüistas brasileiros de que há propriedades lingüísticas que diferenciariam dois pólos – o português popular brasileiro e o português culto brasileiro – Ribeiro (2002) afirma que se observarmos melhor os fenômenos que, de modo geral, têm caracterizado a fala dos brasileiros não é possível definir padrões de normas cultas e de normas populares:

*Pergunto-me se é possível caracterizar sintaticamente a pluralidade e a polaridade do PB culto em oposição ao PB popular. Embora vários estudos sociolingüísticos tenham apontado traços fonético-fonológicos e lexicais caracterizadores do Português popular brasileiro, essas diferenças não são suficientes para se considerar que as duas normas apresentem propriedades sintáticas distintas. (op. cit.: 361)*

Neste artigo, a autora, ao discutir a história da escolarização no Brasil, sobretudo do ensino superior conclui que (i) há um baixo índice de escolarização em

geral, considerando-se a dimensão do país e o volume da população; (ii) que há uma insuficiência de quadros qualificados, comprometendo o ensino e (iii) há uma qualificação insuficiente do corpo docente que atua nos diferentes níveis de ensino (Cf. Ribeiro, 2002).

A autora relaciona as análises efetuadas sobre a realidade da escolarização no Brasil à aprendizagem da norma culta. Para ela, aprender essa variedade da língua portuguesa deve ser como aprender uma língua estrangeira,

*pois muitos da pequena parcela que atinge o nível superior devem ser oriundos de ambientes lingüísticos diversificados, com muito pouco ou nada da norma culta a lhes ser apresentado de modo natural, como modelo no processo de aquisição da língua materna. (...) Mais ainda, em recente relatório do MEC sobre o Provaão, lê-se à página 187 que só 9% dos graduandos em Letras têm pais com instrução superior. E serão esses graduandos os futuros difusores da norma culta nas escolas, pois são os futuros professores de língua portuguesa. Tendo pais que não dominam a norma culta, tiveram alguns ou muitos professores que provavelmente (ou certamente) não a dominavam, quais as faces da norma culta desses professores?* (op. cit., p. 370)

Em suas conclusões, a autora aponta para a necessidade de se levar em consideração nos estudos da norma culta (ou normas cultas) vários fatores entre eles as diferenças entre fala e escrita e as diferenças entre contextos formais e informais. Para a autora, uma das questões que ficam em aberto encontra-se formulada da seguinte maneira:

*se a norma culta é caracterizada como a utilizada, em situações formais, por falantes com nível universitário completo e se esses falantes, constituindo-se de uma pequena parcela da população brasileira, na maioria proveniente de lares com pais de pequeno nível de escolarização, nessas ditas situações variam entre um uso vernacular e um uso aprendido na escola, como deve ser definida a norma culta brasileira?* (op.cit., p. 373-4)

Esta discussão nos leva a pensar que é desejável que, na pauta de pesquisa que está sendo desenvolvida sobre a diversidade lingüística no Brasil (tal como a proposta por Mattos e Silva, 2002) sejam consideradas as relações intersubjetivas estabelecidas na e pela linguagem no interior de comunidades de fala específicas.

Para concluir esta discussão, levamos em conta as questões apontadas por Signorini (2002), com base nas quais a autora destaca o foco prioritário dos estudos sociolingüísticos na análise da multiplicidade das práticas de uso das línguas:

*(...) ao invés da referência a um padrão, língua franca ou norma culta, contrapondo-se a um não-padrão, língua estigmatizada, ou vernáculo, interessa-nos a noção de ordem lingüística enquanto configuração sempre transitória daquilo que, no jogo sociocomunicativo e também político e ideológico das relações sociais, se constrói como divisão, borda, ou fronteira nos usos da língua.* (op. cit., p. 94)

Tendo questões como essas em perspectiva é que as reflexões de Bourdieu sobre o campo lingüístico nos instigam a pensar formas de colaboração entre teorias sociológicas e lingüísticas.

#### 4. Das relações entre a Sociologia e a Lingüística (À guisa de conclusão)

A título de conclusão, gostaríamos de extrair da discussão que desenvolvemos a respeito de algumas intervenções de Bourdieu no campo lingüístico algumas considerações sobre os limites e os alcances das possíveis arbitragens entre Sociologia e Lingüística. O projeto de uma inter-relação entre ambas seria possível para Bourdieu? Seria pertinente e desejável, para a Lingüística?

Falando sobre a reflexão que empreende em seu livro “A economia das trocas lingüísticas” na primeira parte dessa sua obra, Bourdieu delimita bem sua visão do campo lingüístico:

*Esse modelo simples de produção e da circulação lingüística como relação entre os habitus lingüísticos e os mercados nos quais eles oferecem seus produtos não visa recusar nem substituir a análise propriamente lingüística do código; mas ele permite compreender os erros e os fracassos aos quais está condenada a lingüística quando, a partir de um só dos fatores em jogo, a competência propriamente lingüística, definida abstratamente, fora de tudo o que esta deve a suas condições essenciais de produção, ela tenta dar conta do discurso em sua singularidade conjuntural.* (1998, p. 24)

À primeira vista, somos instados a reagir com ceticismo à questão em jogo, e uma relação entre a Lingüística e a Sociologia parece ser inteiramente inviável. No “esporte de combate” que fez Bourdieu aproximar Filosofia, História, Antropologia e Sociologia e desse modo pôr em xeque um tipo de rivalidade existente entre esses campos, não houve lugar de fato para um projeto de interação entre Sociologia e Lingüística, esse “cavalo de Tróia” acolhido de maneira desigual por diferentes ciências (op.cit., p. 18).

Na realidade, em sua inserção na teorização lingüística, Bourdieu jamais deixa de assinalar suas diferenças com o que chama de “a mais natural das

ciências sociais”, que teria por característica reprovável a separação das “condições sociais de produção e de realização” (op.cit., p. 18) de seu objeto próprio (isto é, a língua). Podemos dizer, pois, que uma inter-relação entre a Sociologia e a Linguística é apenas entrevista nos escritos de Bourdieu. Por outro lado, como pondera John B. Thompson no prefácio ao livro “*Langage et pouvoir symbolique*”, de Bourdieu, “*é mais cómodo, todavia, observar de maneira geral que a linguagem e a vida social são inextricavelmente ligadas que aprofundar esta observação de uma maneira rigorosa e concludente*” (2001, p. 7).

Ainda que não possamos deixar de reconhecer que a Linguística mantém hoje em dia níveis distintos de inter-relação com a Sociologia, os limites vistos com ceticismo por Bourdieu devem ser de alguma forma observados se os lingüistas não quiserem se ver transformados em maus sociólogos (o mesmo valendo, vale notar, para os sociólogos que não quiserem se ver transformados em maus lingüistas). Isso quer dizer, entre outras coisas, que devemos nos perguntar sobre os ganhos teóricos e metodológicos dessa arbitragem interdisciplinar, que têm a ver entre outras coisas com um melhor entendimento, por parte de sociólogos e lingüistas, de seus próprios objetos e uma solidariedade autêntica entre seus respectivos modos de questionar os fatos.

Aos que como nós confiam na propriedade da inter-relação entre Linguística e Sociologia, os escritos de Bourdieu convidam a travar “o bom combate”.

### Notas

- 1 Faz-se referência aqui ao filme francês “*La Sociologie est un sport de combat*”, de 2000, dirigido por Pierre Carles. Trata-se de um documentário sobre o quadro teórico e as intervenções públicas de Pierre Bourdieu.
- 2 Tomemos a seguinte passagem de Bouquet, extraída do prefácio de seu livro, em que focaliza quatro mal-entendidos a respeito do legado saussuriano: “*Un deuxième malentendu correspond à l’empreinte en creux du précédent: C’est celui qui a pris la forme de la thèse suivante: les développements de la science du langage ayant succédé au structuralisme impliquent une rupture avec l’épistémologie saussurienne – ou, au moins, avec certains aspects de cette épistémologie. On trouve la trace de ce malentendu tant dans le sillage de l’école générativiste que dans celui des écoles pragmatiques de linguistique (la rupture ayant trait, en l’occurrence, soit à la place donnée par ces écoles à la syntaxe, à la logique ou à divers aspects qu’on aura prétendu renvoyés par Saussure à une “parole” extérieure à l’objet de la science du langage, soit à une théorie épistémologique explicite de cette science) (...) En réalité, en leurs aspects les plus pertinents, les*

*ruptures revendiquées son parfaitement accomplies par Saussure – en d’autres termes, le linguiste genevois anticipe les développements de la linguistique qui se produiront en réaction à la linguistique qui s’est réclamée de lui?* (1997, p. 8).

- 3 Por exemplo, a questão da mudança lingüística, pelo menos desde o final do século XVIII, é um problema exaustiva e profundamente debatido no campo da ciência lingüística que estava em formação, não apenas nos termos da “ilusão imanentista” afirmada por Bourdieu (que diz respeito ao fato de que os lingüistas postulariam apenas condicionantes internos ao sistema lingüístico como o princípio fundamental da mudança lingüística), mas principalmente considerando a complexidade de diversas ordens que envolvem a realidade da história das línguas (Cf. Faraco, no prelo).
- 4 A formulação sobre a desigualdade de oportunidades de incorporação de recursos lingüísticos objetivados por parte dos falantes é considerada pelo autor como uma simples experimentação mental cuja função consiste em trazer à luz um dos efeitos estruturais das desigualdades.
- 5 Uma revisão sobre os principais autores que tematizaram as relações entre estas duas instâncias no campo dos estudos da linguagem pode ser encontrada em Alkmim (2001).
- 6 Para as perspectivas sociointeracionistas, por exemplo, o fenômeno lingüístico, em qualquer uma de suas modalidades, considerado em seus múltiplos contextos de produção, é um fenômeno fundamentalmente social. Por exemplo, nas palavras de Bakhtin, “*a língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos interlocutores*” (1929/1986, p. 127). Em outros termos, as diversas variedades da língua, gozando de maior ou menor prestígio, compartilham esta natureza especial (mutável, plurivalente, polissêmica, dinâmica, complexa), resultado de um processo criativo também social, já que, ainda segundo Bakhtin, “*a criatividade da língua não pode ser compreendida independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam*” (1986, p. 127).
- 7 A este respeito, ver TARALLO & ALKMIM (1987).
- 8 Segundo Pissarra Esteves (1998, p. 134), “*a concepção dos campos sociais como estruturas estruturadas e estruturantes parece-me reunir as condições necessárias para suprir esta lacuna da teoria dos sistemas. Permite designadamente devolver uma imagem mais rigorosa da realidade social: a estrutura social e o devir social são inseparáveis, a dinâmica dos campos sociais define ao mesmo tempo uma determinada estrutura e os fatores de sua variação*”.
- 9 Esta formulação sobre as relações entre a língua legítima e o caráter institucional dos gêneros do



discurso deve-se à leitura de Maingueneau (1989), mais especificamente à reflexão do autor sobre o caráter institucional dos gêneros do discurso.

### Bibliografia

- ALKMIM, T. Sociolingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística*. domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAKHTIN, M. (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BOLTANSKI, L. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris: Métailié, 1990.
- BOUQUET, S. *Introduction à la lecture de Saussure*. Paris: Payot, 1997.
- BOURDIEU, P. *La distinction*. Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Réponses*. Pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.
- \_\_\_\_\_. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Raisons pratiques: Sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Seuil, 2001.
- BURKE, P. (1992). *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CALVET, L-J. Bourdieu et la langue. *Sciences Humaines*, Numéro Spécial, p. 58-61, 2002.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2001.
- CHARTIER, R. Le sociologue et l'historien. *Sciences Humaines*, Numéro Spécial, p. 80-85, 2002.
- CHAUÍ, M. *O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- CORCUFF, P. *As novas sociologias – construções da realidade social*. Bauru: EDUSC, 2001.
- DASCAL, M. Introdução – Fundamentos metodológicos da Lingüística. In: DASCAL, M. (Org.). *Pragmática*. Campinas: Edição do Autor, 1982. v. IV.
- FARACO, C. A. Estudos pré-saussureanos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística*. fundamentos epistemológicos e modelos de análise. v. 3. (no prelo).
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- HYMES, D. Introduction: towards ethnographies of communication. In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. (Ed.). *The ethnography of communication*. Washington D. C.: American Anthropological Association, 1964. p. 1-34.
- \_\_\_\_\_. *Foundations in Sociolinguistics*. Philadelphia: University of Philadelphia, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Vers la Compétence Linguistique*. Paris: Hatier-Credif, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Ethnography, linguistics, narrative inequality*. London: Taylor and Francis Ltd., 1996.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- MATOS E SILVA, R. V. Para uma história do Português culto e popular brasileiro: uma pauta de pesquisa. ALKMIM, T. (Org.). *Para a história do Português brasileiro*. São Paulo: Humanitas. FFLCH/USP, 2002. v. 3.
- MORATO, E. M. *Referenciação e formas meta-enunciativas no contexto patológico: análise dos processos meta e da competência pragmático-discursiva de sujeitos com afasia e neurodegenerescência*. (Pesquisa pós-doutoral - Fapesp - Proc. 01/05340-7). 2002.
- OGIEN, A. *Compétences*. 2001. Mimeografado.
- PISSARRA ESTEVES, J. *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1998.
- RIBEIRO, I. Quais as faces do português culto brasileiro? In: ALKMIM, T. (Org.). *Para a história do Português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2002. v. 3.
- SIGNORINI, I. Por uma teoria da desregulamentação lingüística. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TARALLO, F.; ALKMIM, T. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.

THOMPSON, J. B. Prefácio. In: BOURDIEU, P. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Seuil, 2001.

Sobre os autores:

**Edwiges Morato** é professora de graduação e pós-graduação em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Tem publicado e realizado pesquisas, em especial na área de neurolingüística, sob os auspícios da Fapesp e do CNPq.

**Anna Christina Bentes** é professora de graduação e pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, nas áreas de Sociolingüística e Lingüística Textual.